

VIDA ASSOCIATIVA: POR UMA NOVA ABORDAGEM DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL NOS ESTUDOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Claudio H. M. Batalha

Há uma onda crescente de retornos a formas e temas da historiografia que durante algum tempo haviam sido relegados a um segundo plano. São exemplos dessa tendência os “retornos” à biografia e à história política¹. Vivemos, sob vários aspectos, uma fase de retomadas daquilo que parecia abandonado e revalorização daquilo que fora desprezado; reflexo, talvez, da crise de paradigmas que parece assolar as ciências humanas.

No campo dos estudos do movimento operário há muito que foi incorporada a perspectiva crítica de que o historiador deve priorizar o trabalhador comum aos militantes ou aos dirigentes, a classe às instituições, e, em alguma medida, o dia a dia aos momentos excepcionais de greves e revoltas. Fruto da análise da produção legitimadora e hagiográfica da história operária empreendida por autores como Eric Hobsbawm, Georges Haupt e Cornelius Castoriadis,² essa perspectiva teve como principal consequência a busca de uma história do operariado, ou melhor, das classes trabalhadoras (já que a diferença de terminologia não é fortuita), que pretendia recuperar o trabalhador comum, não militante, e sua vida fora do local e dos momentos de trabalho.

Se esse novo enfoque permitiu escapar de uma historiografia reducionista e legitimadora da atuação e das idéias da militância, é preciso recolocá-la em novos termos. Evitar o equívoco de confundir a classe operária com suas instituições e o conjunto dos trabalhadores com os militantes não pode significar deixar de lado o estudo dos dirigentes, dos militantes ou das instituições operárias; nem pode significar um novo tipo de reducionismo ao opor de forma dicotômica indivíduo e classe, não militantes e militantes, não trabalho e trabalho, vida cotidiana e vida associativa. É precisamente essa discussão que esta intervenção visa suscitar ao mostrar algumas das possibilidades para os estudos do movimen-

Claudio H. M. Batalha é professor no Departamento de História da UNICAMP.

to operário abertas pela história das instituições de classe. Trata-se menos de propor novas e/ou inéditas fontes para o estudo da história operária, ainda que estas existam, mas de apontar para a necessidade de um olhar mais atento e mais sensível no uso das fontes, em sua maioria, soberamente conhecidas.

Ao invés de deixar meu argumento central para o final, como é de praxe, prefiro explicitá-lo desde já. Apesar de todo estudo pressupor recortes, e recortes significarem escolhas, não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana das classes trabalhadoras deixando inteiramente de lado a documentação produzida pelas parcelas organizadas do operariado ou aquela que diz respeito às condições e ao processo de trabalho, sem incorrer com isso em uma série de equívocos³. Além disso, as expressões mais visíveis e mais estruturadas das parcelas organizadas do operariado são precisamente as instituições por elas criadas, e não me refiro unicamente aos sindicatos, mas também às sociedades de auxílios mútuos, às cooperativas, aos grupos educativos, políticos, culturais...

Apesar dos exemplos citados nesta intervenção referirem-se à cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República – caso que conheço melhor –, é evidente que as questões propostas têm alcance, pelo menos geográfico, mais amplo.

Vejamos quais são os argumentos mais freqüentes para justificar uma oposição entre classes trabalhadoras e militantes organizados, que poderiam – como já vimos – traduzir-se numa rejeição de qualquer história que leve em conta as instituições criadas pela classe operária:

- a) haveria diferenças substanciais entre trabalhadores comuns e militantes;
- b) a maioria das classes trabalhadoras estaria fora das organizações operárias;
- c) conseqüentemente, as organizações seriam pouco representativas e efêmeras.⁴

Todos esses argumentos são justos e têm algum fundamento empírico.

No que diz respeito à diferença entre trabalhadores comuns e militantes, não faltam exemplos na produção dos próprios militantes com atitudes que variam do desprezo à condescendência ao tratar da massa operária.⁵ Salta aos olhos de qualquer observador o contraste entre uma postura puritana de condenação do álcool, do carnaval, do futebol, de uma parte da militância e as formas de lazer da maioria dos trabalhadores. O

peso desse argumento, no entanto, não pode induzir a deixar de levar em conta algumas ponderações.

A pergunta óbvia é em que medida o discurso puritano de uma parcela da militância reflete a prática da maioria entre os próprios militantes? Por um lado, sabemos que discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos. Artigos teóricos em jornais e muitas das resoluções de congressos têm uma função mais didática e visam apontar para um objetivo, do que pretendem e uma implementação prática imediata, são mais recomendações do que resoluções. Mesmo nos casos em que há uma expectativa de que a recomendação seja seguida, pode haver uma considerável discrepância entre discurso e prática, como ocorreu com o Centro dos Operários Marmoristas, um dos principais sustentáculos da Federação Operária do Rio de Janeiro, que, a despeito da resolução do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, que aconselhava aos sindicatos de resistência o abandono de quaisquer obras de beneficência, mutualismo ou cooperativismo, continuou a conceder diversos tipos de auxílios para seus associados (Batalha, 1986, p. 95).

Por outro lado, pretender que exista uma militância operária homogênea constituiria um grave equívoco. A militância operária não só está dividida numa série de correntes políticas e sindicais como comporta diferentes comprometimentos. Jean Maitron (1988, p. 23) distingue dois tipos de participantes no movimento operário: os líderes e a base. Já de minha parte, creio que possamos falar – para fins práticos – da existência de três tipos de militantes no Brasil da Primeira República (mesmo estando ciente que a criação de tipologias às vezes produz mais problemas que soluções): lideranças, quadros intermediários e militantes de base (aqueles que os anglo-americanos chamam de *rank and file*). Apenas uma minoria de militantes chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria; esses seriam os quadros intermediários. O terceiro, e certamente o maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo. Nosso conhecimento sobre cada um desses tipos de militantes é inversamente proporcional ao seu peso numérico. Os nomes que se destacam e que merecem análises de autores como Sheldon Maram ou Boris Fausto, ou mais recentemente de alguns estudos biográ-

ficos, são os que compõem o primeiro grupo.⁶ Já o segundo grupo exige uma busca mais aprofundada, aparece nas diretorias das associações, em atas de assembléias e apesar de ser composto por aqueles que garantiam o funcionamento do dia-a-dia das associações operárias não mereceu atenção específica dos estudiosos. O último grupo, o dos militantes de base, relegados ao anonimato, salvo se por acidente tornam-se conhecidos, como no caso do sapateiro Antônio Martínez morto em julho de 1917, em São Paulo, durante conflito com a polícia.

Mas voltemos à questão inicial, se certamente há diferenças entre os militantes e o trabalhador comum, parece improvável que não exista nada em comum entre os primeiros e os últimos. Particularmente, no caso dos militantes de base, militantes eventuais que apenas em determinados momentos deixam sua condição de trabalhadores comuns para tornarem-se militantes. Com isso, as fontes produzidas pelo movimento operário organizado, e qualquer estudo sobre a militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo.

Passemos ao argumento seguinte, que a maioria das classes trabalhadoras estavam fora das organizações operárias. Essa afirmação tem por base os precários dados quantitativos disponíveis (censos, dados dispersos sobre filiação sindical...) e informações qualitativas provenientes de memorialistas ou da imprensa, inclusive operária. Ninguém chega a arriscar um palpite sobre o índice geral de sindicalização em determinado ano, mesmo porque com os dados disponíveis seria extremamente difícil chegar a esse número; mas não há razão para crer que a referida afirmação esteja errada. O raciocínio adotado é simples, talvez até simplório, porém lógico: são nos setores industriais, particularmente nos setores compostos por indústrias empregando grande número de trabalhadores, que são estimados os índices mais baixos de sindicalização e são esses setores que empregam a maioria dos trabalhadores.

Entretanto, quando a análise é deslocada do nível geral de sindicalização para uma avaliação por setores e categorias, o quadro muda substancialmente. Autores, como Maram (p. 51), já haviam chamado a atenção para este ponto: "Até um exame superficial do movimento operário revela uma variação na taxa de sindicalização segundo [a] ocupação".

Há, portanto, associações operárias no Rio de Janeiro da Primeira República, de diversos ofícios e ramos de atividade, que chegam a congregar, em determinados momentos – contrariando o que geralmente se supõe –, parcelas significativas de suas categorias e, por vezes, até a maioria. Eis alguns exemplos. O Centro dos Operários Marmorista, entre 1911

e 1920, alcança um índice de sindicalização que ao longo do período varia de 20% a 40% de sua categoria. Já a Associação Gráfica do Rio de Janeiro, criada em outubro de 1915 com seiscentos associados (cerca de 10% da categoria), abrangeria, dois anos mais tarde, quatro mil membros (mais de 60% da categoria). Mas era sobretudo entre as associações de portuários e marítimos, algumas das quais haviam conseguido impor o *closed-shop* (monopólio sindical de contratação), que o índice de sindicalização era mais elevado. Em 1920, a sindicalização média entre oito organizações de portuários e marítimos (representando estivadores, carregadores, marinheiros, remadores, catraieiros, maquinistas navais, foguistas e taifeiros) era de 70% (Batalha, 1986, p. 130-138).

Também o caráter efêmero das organizações operárias deve ser relativizado. É verdade que há momentos que estimulam o surgimento de associações: pouco antes e pouco depois dos congressos operários (1906, 1912, 1913, 1920, 1927) e nos períodos de maior intensidade de greves (1903, 1905-1907, 1911-1913, 1917-1920, 1927).⁷ E muitas das organizações criadas nesses momentos excepcionais tendem a desaparecer quando sobrevém o refluxo do movimento. Mas há também diversos exemplos de associações operárias das mais variadas categorias que mostram um considerável grau de estabilidade e uma razoável longevidade, mesmo deixando de lado casos extremos, como o da Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853 e ainda ativa nos anos 1920. A título de exemplo três associações fundadas em 1903 e ainda ativas no final dos anos 1920 e início da década seguinte; o Centro dos Operários Marmoristas; o Centro Cosmopolita, que reunia trabalhadores em bares, cafés, restaurantes e hotéis; e a União dos Operários Estivadores.

Em suma, os três argumentos, normalmente utilizados para desprezar o estudo das sociedades operárias, são parciais e generalizadores, pouco atentos à diversidade de situações. Mas, evidentemente, não basta demonstrar os limites desses argumentos, é preciso apontar de que modo o estudo das formas de organização operária e da vida associativa pode ser ampliado.

Como já foi dito anteriormente, as fontes disponíveis não são novas, mas devem ser vistas com um olhar mais atento para detalhes. Do momento em que o historiador perde a preocupação de buscar apenas aquilo que endosse alguma grande teoria explicativa do papel da classe operária no Brasil, essa nova perspectiva torna-se possível. Afinal, o que cada vez fica mais evidente é que a experiência da classe operária na Primeira República é muito mais complexa, rica e plural do que essas teorias estão dispostas a admitir.⁸

Peguemos, por exemplo, os estatutos das sociedades operárias que tendem – com certa razão – a ser considerados simples formalidades burocráticas visando cumprir as exigências legais do registro em cartório e obter, no caso da capital federal, a aprovação do Chefe de Polícia. Os estatutos, por mais burocráticos e redigidos seguindo uma fórmula preestabelecida que sejam, costumam conter algumas informações fundamentais sobre a associação e, no caso de sindicatos e associações mutualistas de ofício, sobre a categoria que representam.

Além de todo estatuto trazer dados sobre a fundação da associação, freqüentemente com o número de pessoas presentes à assembléia de fundação (o que permite ter uma idéia da representatividade) e os nomes que compõem a primeira diretoria eleita ou a comissão organizadora, costuma incluir também artigos sobre quem pode associar-se. Esses artigos estabelecem as fronteiras de recrutamento da associação: quais os ofícios que fazem parte, os limites mínimos e máximos de idade, a restrição ou não do ingresso de mulheres e limites de natureza moral, como ter “boa conduta”.

Cada um desses aspectos traz dados de maior ou menor relevância para a compreensão da associação e da categoria. O limite mínimo de idade, por exemplo, costumeiramente corresponde à idade a partir da qual a associação considera que a aprendizagem deve ser iniciada. Já o limite máximo de idade, restrição que só costuma existir em associações que concedem algum tipo de auxílio aos seus sócios (doença, pensão para as viúvas, etc.), é um indicador da expectativa de vida ativa no exercício de cada ofício.

A restrição sobre a participação de mulheres pode ser irrelevante no caso de categorias tipicamente masculinas, como os estivadores, a tal ponto que a reforma dos estatutos da União dos Operários Estivadores, de março de 1915, nem sequer explicita a exclusão de mulheres.⁹ Mas é significativa em categorias onde o trabalho feminino, mesmo que minoritário, exista, caso dos gráficos, e constitui tanto um esforço de regulamentação do mercado (evitando a “concorrência” das mulheres) como uma restrição de ordem moral.

Os estatutos trazem também dados sobre o funcionamento interno da associação, sua estrutura, as formas de eleição das direções. Uma análise desses dados fornece indícios sobre uma série de aspectos da vida associativa. A forma de eleição das diretorias, se por voto em urna ou com manifestação em assembléia, constitui um indicador não apenas do pendor burocrático da associação, mas do número de associados. Ainda que, via de regra, associações com um grande número de sócios tendam

a ser mais burocratizadas. Por outro lado, a própria designação dos cargos da diretoria é um indício da corrente sindical seguida pela associação, já que sindicatos alinhados com as resoluções do Primeiro Congresso Operário e afiliados à Confederação Operária Brasileira tendem a adotar uma diretoria colegiada com um secretário-geral, ao invés de diretorias hierarquizadas que comportam os cargos de presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro...

Existem muitos outros aspectos que podem ser revelados pela análise dos estatutos, tais como os relacionados com a educação (bibliotecas, escolas, ensino profissional), com a cultura associativa (celebrações solenes como o aniversário da associação e o 1º de maio), com o processo do trabalho.

Outra fonte, em geral menos rica que os estatutos, mas que também merece ser trabalhada, são as atas das associações, ainda que nem sempre seja possível encontrar coleções relativamente completas para o período da Primeira República. Por outro lado, fontes como as atas têm uma nítida vantagem sobre os estatutos, pois possibilitam perceber a atuação da associação ao longo do tempo. As atas fornecem elementos sobre o dia-a-dia da associação, o funcionamento das assembléias, e, com alguma sorte, das discussões sobre questões candentes para a categoria. Em parte, o tipo de informação presente nas atas pode ser recuperado em colunas de jornais operários e mesmo de grandes diários que trazam dados sobre as assembléias das associações.

Restam, por fim, aspectos e fontes sobre a vida associativa que nunca mereceram qualquer estudo específico no Brasil ao contrário de outros países, caso das bandeiras e dos símbolos associativos. Não deixa de ser curiosa a circulação de alguns dos símbolos adotados pelas associações, como por exemplo o símbolo maçônico das duas mãos em cumprimento, presente nos emblemas da União dos Operários Estivadores, da Confederação Operária Brasileira e da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, entre outras. O mesmo símbolo fazia parte do sine-te do exército revolucionário francês na Itália, em 1792, e foi adotado em 1863 pelos lassallianos alemães. Faz parte até hoje do brasão da República Argentina e foi o símbolo da American Federation of Labor e da CGT francesa. De resto, a iconografia produzida pelo movimento operário tampouco mereceu mais do que algumas referências modestas em alguns estudos.

Evidentemente, não se trata aqui de fazer a defesa de estudos monográficos específicos com base nessas fontes, mas de tê-las em conta nos estudos da vida associativa, na reconstituição da história das associ-

ações. De outra parte, se esta intervenção visou apontar para importância do estudo do histórico das associações operárias, não foi com o intuito de propor uma história institucional em termos tradicionais, mas de possibilitar uma história social mais rica, se não da classe operária pelo menos das categorias representadas por essas associações.

NOTAS

1. Sobre as biografias, ver a título de exemplo, o texto apresentado nesta mesma mesa-redonda apresentado por Benito Bisso Schmidt, "As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro"; já como exemplo do esforço de revigorar a história política ver René Remond, *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Editora UFRI/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
2. Ver Eric Hobsbawm, "História operária e ideologia". In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Georges Haupt, "Por que a história do movimento operário?", *Revista Brasileira de História*, "Produção & Transgressões", v. 5 n. 10, março-agosto 1985, p. 208-231; Cornelius Castoriadis, *A experiência do movimento operário*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
3. É precisamente isso que ocorre com um dos estudos, que entre seus muitos méritos está o de ter sido um dos pioneiros no uso de processos criminais como fonte para o estudo das classes trabalhadoras, Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Ao mesmo tempo em que traz aspectos inovadores, ignora inteiramente a imprensa operária como fonte, o que o leva a confundir diferentes categorias de trabalhadores do porto, a não levar em consideração as especificidades das áreas portuárias (suas fronteiras fluidas; a sazonalidade da ocupação; o recurso frequente, e aceito, da violência nos conflitos pessoais e profissionais...), e a generalizar suas conclusões fundadas em processos de homicídio e tentativa de homicídio no 2^o Cartório do Tribunal do Juri, abrangendo somente a região portuária, para o conjunto das classes trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro. O próprio autor em trabalho recente (*Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte imperial*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996) faz amplo uso da imprensa operária, reconhecimento implícito da importância dessa fonte.
4. A título de exemplo do emprego desses argumentos, ver Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 119-120.
5. Discuti anteriormente essa questão e forneci vários exemplos no artigo "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?", *Revista Brasileira de História*, "Política & Cultura", v. 12 n. 23/24, set. 1991-ago. 1992, p. 111-124.

6. Cf. Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, caps. 4 e 5; e, Fausto, *op. cit.*, cap. 1. Há uma crescente produção biográfica sob a forma de dissertações e teses, pouco ainda chegou a ser publicado, entre os raros exemplos está Regina Horta Duarte, *A imagem rebelde. A trajetória libertária de Avelino Foscolo*. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1991.
7. Para dados sobre as greves na então capital federal ver Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Eduardo Navarro Stotz, "Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário", *Rio de Janeiro*, (1), dez. 1985, p. 86.
8. Para um dos muitos exemplos que apontam para uma perspectiva crítica, ver Michel M. Hall e Paulo Sérgio Pinheiro, "Alargando a história da classe operária: organização, luta e controle", *Remate de Males*, Campinas, (5), 1985.
9. "Estatutos da União dos Operários Estivadores", *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 69, 7/4/1915, coluna "Vida Sindical", p. 4.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, Cláudio H. de Moraes. *Le Syndicalisme "Amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*, Tese de Doutorado, Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 1986, mimeo., v. 1, p. 95.
- MAITRON, Jean. "Dictionnaire biographique du mouvement ouvrier français". In: Felicia GIAGNOTTI (org.), *Storie Individuali e Movimenti Collettivi. I dizionari biografici del movimento operaio*. Milão: F. Angeli, 1988, p. 23.